

# **ALEGAÇÕES FINAIS – MEMORIAIS**

## **– Art. 129, caput, combinado com os artigos 69, caput, e 29, caput**

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 20, 2024

**AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 00ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CIDADE/UF**

Por artigos de Razões Finais diz o acusado FULANO DE TAL, por seu defensor dativo (nomeado às fls. 00), o seguinte em seu favor:

### **ALEGAÇÕES FINAIS – MEMORIAIS**

Em decorrência da peça vestibular de fls. 00, firmada pelo ilustre representante do Ministério Público, o acusado está sendo processado como incurso nas sanções do Art. 129, caput, combinado com os artigos 69, caput, e 29, caput, todos do Código Penal Brasileiro.

### **PRELIMINARMENTE**

Consideração merece ser feita sobre a extinção da punibilidade, pela prescrição. Os fatos narrados na denúncia ocorreram em DIA/MÊS/ANO sendo a denúncia oferecida em data de DIA/MÊS/ANO. O fato ilícito capitulado na denúncia tem como pena – detenção de três meses a um ano. Ocorrido o crime, nasce para o Estado a pretensão de punir o autor do fato criminoso. Essa pretensão deve, no entanto, ser exercida dentro de determinado lapso temporal, que varia de acordo com a figura criminosa composta pelo legislador e segundo o critério do máximo cominado em abstrato para a pena privativa de liberdade.

A prescrição da pretensão punitiva trata-se de matéria de ordem pública e, com tal, deve ser declarada de ofício pelo Juiz ou Tribunal. Possível é, nos termos do Artigo 61 do Código de Processo Penal, reconhecer a prescrição em qualquer fase do processo.

Portanto, nada impede possa o Magistrado pronunciar-se, através de declaração, antes mesmo da sentença, sobre a causa extintiva da punibilidade, solução ademais, mais simples, rápida, e que nenhum prejuízo traz às partes.

Em razão do exposto, espera o denunciado seja acatada a preliminar, declarada a extinção da punibilidade pela prescrição, com o arquivamento do processo, sem julgamento do mérito.

## **NO MÉRITO**

É improcedente e injusta a ação penal movida contra sua pessoa, uma vez que o processo foi alicerçado em meras presunções. Vê-se que a acusação levada a efeito não pode subsistir, já que nos presentes autos, nada existe capaz de legitimar a condenação.

O direito de defesa não surge do ânimo delituoso do agressor, mas diretamente da necessidade de conservar a si próprio.

A testemunha presencial FULANO DE TAL, em seu depoimento às fls. 00, diz o seguinte:

Dos fatos narrados, denota-se que o acusado não cometeu qualquer ilícito. Inescusável a conduta de quem, ante a desavença entre sua irmã e outrem, interfere na questão, agredindo o desafeto daquela. Não é punível o fato quando não se pode exigir do agente conduta diversa.

Não há que se falar em lesão corporal se, com ânimo meramente defensivo, reage fisicamente o acusado contra injusta agressão.

Um mero Juízo de suspeita, embora baste para o oferecimento da denúncia, é imprestável para aperfeiçoar a condenação.

A causa da Justiça é a verdade, e a condenação do inocente constitui a maior desgraça para a sociedade e para o condenado.

A prova para servir de alicerce a um Juízo condenatório deve ser clara, precisa, sem quaisquer sombra de dúvidas e que traga o selo irrefutável da verdade.

Em conclusão, a favor do acusado evocam-se provas que, por Justiça, exclui definitivamente qualquer presunção de ilicitude.

Acrescente-se, ainda, que o Artigo 386 – VI do Código de Processo Penal determina, expressamente, que o Juiz deve absolver quando não houve prova suficiente para a condenação.

Diante do exposto e por tudo que dos autos consta, espera o denunciado que estas alegações sejam recebidas para o fim de ser rejeitada a denúncia de fls. 00 por improcedente, com a absolvição por ser imperativo de Justiça.

Termos em que,

Pede Deferimento.

CIDADE, 00, MÊS, ANO

**ADVOGADO**

**OAB Nº**

**MUDANÇAS DO PACOTE ANTI CRIME**

**– LEGÍTIMA DEFESA**

Foi estendida a agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém.

## **– TEMPO MÁXIMO DE CUMPRIMENTO DE PENA**

A nova lei amplia o tempo máximo de cumprimento da pena para 40 anos. Penas cujo somatório superasse isso seriam unificadas em 40 anos.

## **– NÃO PERSECUÇÃO PENAL**

O grupo de trabalho aprovou texto proposto por Alexandre Moraes que define o acordo de não persecução penal, aplicado a infrações penais sem violência e com pena mínima de quatro anos. Bolsonaro vetou que a não persecução possa ocorrer nos casos de crimes de improbidade administrativa.

## **– JUIZ DE GARANTIAS**

Deputados incluíram o juiz de garantias, que atua durante a fase de investigação do processo até o oferecimento da denúncia. Ele não julga. A ideia é evitar acusações de parcialidade.

## **– PENA PARA LÍDERES CRIMINOSOS**

Líderes de facções começassem a cumprir pena em prisões de segurança máxima e proibiu progressão ao preso que ainda tivesse vínculo com a organização;

# **☐ Mapa Mental – Alegações Finais (Lesão Corporal c/ Concurso de Pessoas e Crime Continuado) ⚖️☐☐☐**

## **☐ Base legal**

- **Art. 129, caput, CP** – Lesão corporal simples
- **Art. 29, caput, CP** – Concurso de pessoas
- **Art. 69, caput, CP** – Crime continuado ou concurso material

## ☐☐ **Natureza da peça**

### ☐☐ **Alegações finais por memoriais escritos**

☐ Apresentadas após instrução processual

☐ Fundamento: **Art. 403, §3º do CPP**

### ☐ **Finalidade**

☐ Expor provas e argumentos

☐ Sustentar teses defensivas ou acusatórias

☐ Requerer absolvição, desclassificação, ou aplicação de penas mais brandas

### ☐ **Tópicos da defesa**

☐ Fragilidade na prova da autoria

☐ Ausência de dolo (intenção)

☐ Discussão sobre a continuidade delitiva

☐ Participação de menor relevância (Art. 29, §1º)

☐ **Link interno:** <https://ademilsoncs.adv.br/>

☐ **Link externo:** <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>

---

## ☐ **Estrutura Explicativa – Alegações Finais: Lesão Corporal + Concurso de Pessoas + Crime Continuado**

Nesta petição, a defesa se manifesta ao final da instrução penal, abordando uma acusação que envolve:

- **Lesão corporal (Art. 129, caput):** Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem
- **Concurso de pessoas (Art. 29, caput):** Quando duas ou mais pessoas concorrem para o crime
- **Concurso material ou crime continuado (Art. 69, caput):** Quando há mais de um crime na mesma situação fática

## ⚖️ **Finalidade das alegações por memoriais**

- Reavaliar toda a prova produzida (testemunhas, laudos, etc.)
  - Indicar ausência de dolo, fragilidade na autoria ou a atipicidade da conduta
  - Sustentar a **inexistência de crime continuado**
  - Sugerir **penas alternativas, suspensão condicional do processo**, ou até **absolvição**
- 

## □ **FAQ – Alegações Finais com Base nos Arts. 129, 29 e 69 do CP**

### **1. O que são alegações finais por memoriais?**

São manifestações escritas apresentadas pelas partes após a instrução penal, antes da sentença.

### **2. Qual o objetivo dos memoriais finais?**

Apresentar um resumo da prova e a fundamentação jurídica que justifique a condenação ou absolvição.

### **3. O que diz o Art. 129 do CP?**

Define o crime de **lesão corporal** – ofensa à integridade física ou à saúde de alguém.

### **4. O que é concurso de pessoas (Art. 29)?**

Quando duas ou mais pessoas concorrem voluntariamente para o cometimento de um crime.

### **5. O que é o concurso material (Art. 69)?**

Quando o agente, mediante duas ou mais ações, pratica dois ou mais crimes, aplicando-se as penas cumulativamente.

### **6. O que é crime continuado?**

É uma forma de conexão entre crimes praticados em continuidade, em condições semelhantes de tempo, lugar e modo

de execução.

**7. O réu pode ser absolvido mesmo havendo lesão?**

Sim, se a prova for frágil, se não houver dolo, ou se for comprovada legítima defesa, por exemplo.

**8. A defesa pode pedir desclassificação da infração?**

Sim, por exemplo, de lesão corporal para contravenção penal ou para forma culposa do delito.

**9. Qual o prazo para apresentar os memoriais?**

O juiz concede prazo de **5 dias para o Ministério Público e 5 dias para a defesa**, em regra.

**10. Onde encontro esse modelo de peça?**

[Modelo de Alegações Finais – Ademilson CS](#)

---

**Veja mais modelos e conteúdos jurídicos gratuitos em:**

<https://ademilsoncs.adv.br/>

**Acompanhe também no Facebook para receber atualizações jurídicas práticas:**

<https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>